

DOI: <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v14.n32.12>

Um pouco da escrita humana e a criação da feição moderna da Língua Portuguesa: o alfabeto e as duas primeiras grafias portuguesas

A bit of the human writing and the creation of the modern portuguese feature: the alphabet and the two first portuguese spelling

Saulo Rogério Pacheco Rocha*
Angela Cristina Di Palma Back**

Resumo: O objetivo deste trabalho é abordar o processo de criação e desenvolvimento das primeiras sistematizações do sistema de escrita da Língua Portuguesa, postuladas no século XVI pelos primeiros gramáticos da língua, Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540). Para tanto, iniciamos nossos estudos explorando suas origens mesopotâmicas, egípcias, gregas e romanas, compreendendo, desse modo, o processo singular que teve como palco a metrópole do Império Português à época. A partir de autores como Buescu (1975; 1983), Bonfante (1996), Walker (1996), Davies (1996), Mattos e Silva (2002; 2006), Fischer (2009), dentre outros, estudaremos, de modo documental, a forma como os alfabetos de Fernão de Oliveira e João de Barros são apresentados.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Linguística Histórica. Alfabeto. Fernão de Oliveira. João de Barros.

Abstract: The objective of this study is aimed at the process of creation and development of the first standardization of the Portuguese language, described in the 16th century by the first Portuguese grammarians: Fernão de Oliveira (1536) and João de Barros (1540). For this reason, we started our studies exploring its' Mesopotamian, Egyptian, Greek and Roman origins, thus understanding the unique process that took place in the metropolis of the Portuguese Empire. Based on authors such as Buescu (1983; 1975), Bonfante (1996), Walker (1996), Davies (1996), Mattos e Silva (2002; 2006), Fischer (2009), among others. In this theoretical framework, we will study in documentary form, the way in which the concepts of Fernão de Oliveira and João de Barros are presented.

Keywords: Portuguese. Historical Linguistics. Alphabets. Fernão de Oliveira. João de Barros.

* Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

** Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Os alfabetos: origem e um pouco de seus percursos

Os primeiros indícios de alguma forma de representação simbólica, algo que talvez possa ser considerado um modo de escrita, não constituem um lugar de unanimidade. Fischer (2009, p. 24) afirma que a contenda entre especialistas gira principalmente em torno de dois principais achados arqueológicos: o primeiro são fragmentos de cerâmica da cultura Yangshao, encontrados na província chinesa de Shaanxi, datadas de 4000 AEC e com marcas entalhadas que, provavelmente, representam números, indícios não só de escrita, mas também de alguma complexidade social. O segundo, e talvez o principal achado, são fichas de argila encontradas em praticamente todo o Sudoeste Asiático, numa área que compreende desde o leste do Irã, o norte da Síria até a Palestina, a oeste. Os achados concentram-se principalmente na região do atual Iraque, conhecida como Mesopotâmia, datando de um período entre os anos de 8000 AEC e 1500 AEC, segundo Fischer (2009, p. 25), e de 3000 AEC de acordo com Walker (1996, p. 25), ainda que Walker (1996, p. 23) afirme que os achados mais antigos apontam que a “cidade já vivera uma longa história”.

Para Fischer (2009, p. 27), essas fichas, chamadas *bullæ*, seriam utilizadas para a contabilidade de mercadorias e para o comércio, em que cada uma contivera uma forma grafada com linhas paralelas, curvas ou perpendiculares, simbolizando uma mercadoria, matéria-prima ou serviço diferente. Cada ficha representaria uma grandeza diferente de alguma coisa. A provável primeira escrita humana é encontrada por toda a região do Iraque, Síria e países próximos. O “cuneiforme” foi assim nomeado por ser grafado utilizando um “*cuneus*” (latim para “cunha”) sobre tabuletas de argila crua que, após a queima da cerâmica, fixava o escrito. As tabuletas com inscrições cuneiformes

mais antigas foram encontradas na cidade de Uruk, ao sul do atual Iraque, e datam de cerca de 3300 AEC.

Os signos da escrita cuneiforme variaram em forma e natureza ao longo dos milênios em que foram utilizados. A sua forma mais antiga era muito próxima às *bullæ*, as fichas de argila, “a mensagem de ambos [das tabuletas mais antigas e das *bullæ*] era sempre ‘tantos e tantos itens de tantas mercadorias’” (FISCHER, 2009, p. 28). Walker (1996, p. 25) afirma que “oitenta e cinco por cento das tabuinhas dos primeiros estados de Uruk [*sic*] são de natureza econômica e estão preocupadas com as receitas e despesas dos templos da cidade”, o que demonstra claramente a sua função um tanto prática e cotidiana, ainda que restrita a certos meios como os templos, desempenhada pela escrita nos primeiros séculos de sua utilização pelos habitantes da região.

A partir da complexificação da sociedade e dos fluxos de comércio, esse sistema passou a não ser mais suficiente e a necessidade social, como consequência, impulsionou a invenção de sistemas também mais complexos. Por seu turno, Walker (1996) faz uma reflexão a respeito da forma como os sinais pictóricos descendentes recentes das *bullæ* mudaram, afirmando que:

A natureza da transação nem sempre é clara; os carneiros estão sendo levados para fora ou para dentro do templo? Não o sabemos. De qualquer modo, como é que poderiam nos informar? Desenhar uma cabeça de boi para representar um boi é um processo direto. E de que maneira dizer que o boi está vivo ou morto? Como registrar que ele está entrando ou saindo? E como anotar o nome da pessoa que o trouxe ou o levou? Para comunicar essas coisas com eficácia, faz-se mister mais do que desenhar imagens. É preciso que o escriba seja capaz de expressar ideias. (WALKER, 1996, p. 26).

Os símbolos desse período, impressos em tábuas de argila úmida, eram ligados a um referente externo, ao mesmo tempo que possuíam um valor fonético. Para Fischer (2009), o valor fonético, ou

a fonetização destes signos, foi a chave para a formação do silabário cuneiforme, pois os escribas treinados a escrever em pictogramas passaram a utilizar os símbolos pelo seu valor fonético. Walker (1996) afirma que os primeiros vestígios com o uso identificável dessa forma de escrita datam de cerca de 2800 AEC, e exemplifica como esse processo se deu: “A palavra que designa cevada é še [...], de modo que o sinal para cevada se tornou também o sinal da sílaba še”. Esse princípio logográfico-silábico é conhecido por autores, a exemplo de Fischer (2009), como “rébus”; provavelmente em referência a uma forma europeia antiga de representar palavras cifrando-as em desenhos, a partir de uma série de figuras cujas sílabas dos nomes das coisas representadas formariam nomes ou frases. Foi a partir desse princípio que a escrita silábica da Mesopotâmia floresceu e se espalhou para além dos rios Tigre e Eufrates.

A escrita do Egito antigo tem um percurso diferente da escrita da Mesopotâmia. Os primeiros vestígios encontrados da escrita egípcia são, segundo Davies (1996, p. 103), “curtos textos inscritos sobre pedra e objetos de cerâmica [...] datados provavelmente da faixa entre 3100 e 300 a.C.”, o que faz desta forma de escrita uma das mais antigas e, também, uma das utilizadas durante mais tempo, já que o mesmo autor menciona que “os últimos exemplos datáveis” são de 395 AEC. É por causa da forma característica e da íntima relação com a religião egípcia que os gregos passaram a chamar a escrita de “hieróglifo”, cuja expressão, de origem grega, pode ser entendida como “esculturas sagradas” (FISCHER, 2009, p. 35) e demonstra o quanto a escrita foi ligada primeiramente à religião e, como parte disso, ligada à administração teocrática faraônica, diferentemente do percurso mesopotâmico, cujos mais antigos vestígios arqueológicos demonstram que a escrita teve início na administração e no comércio em si.

No Egito, a sacralidade da escrita e a centralização do poder ligada à religião levaram à codificação de um determinado inventário de signos já nos primeiros séculos da história da escrita, ainda que, segundo Davies (1996, p. 105), o sistema nunca tenha se limitado a um número fixo de signos. Essa mesma sacralidade, para certos contextos, levou a algum conservadorismo da escrita (FISCHER, 2009); dessa forma, a solução para tal foi a eventual criação de novas formas de escrita baseadas na hieroglífica sacra, formas que adaptaram o conceito de rébus, importado da Mesopotâmia, mas escritas com tinta sobre papiro, em contraste ao cuneiforme mesopotâmico. As duas formas de escrever competiram por zonas de influência durante um certo período, sendo que a dualidade teve fim com a vitória egípcia influída pelo rébus mesopotâmico.

Da escrita hieroglífica (ou “esculturas sagradas”), que acabou utilizada apenas para fins cerimoniais e grandiosos, originou-se a escrita hierática (ou “da classe dos sacerdotes”), com formas mais abstratas, feitas com um pincel e tinta preta e vermelha sobre o papiro. Davies (1996, p. 116) afirma que o desenvolvimento desta forma se deu quase que contemporaneamente à escrita hieroglífica e que a escrita hierática foi a escrita oficial da administração faraônica e comercial ao longo da história dos Impérios Egípcios.

A escrita hierática também passa por processos de simplificação em seu uso comercial. Davies (1996, p. 119) menciona elementos como a mudança de orientação: o hierático sacerdotal, que normalmente era escrito em colunas verticais e passa a ser escrito em linhas horizontais. Os signos que ainda lembravam, de certa forma, os pictogramas hieroglíficos, se tornam ainda mais abstratos e cursivos, e os escribas passam a escrever os signos cursivos ligados uns aos outros (FISCHER, 2009, p. 42-43). No entanto, essas escritas simplificadas pelo uso cotidiano não foram unificadas. A escrita chamada de

demótica, escrita do povo, era utilizada no Baixo Egito (norte, região do delta do Nilo), enquanto no Alto Egito (região ao sul) era utilizado o “hierático anormal”; tal divergência encontra seu fim durante a XXVI³ Dinastia, quando os reis egípcios do norte conquistam as terras ao sul e centralizam a alta cultura ao norte (DAVIES, 1996, p. 119).

A partir da sua ampla utilização no Egito, a escrita consonantal de tinta sobre papiro espalhou-se pelos portos e polos comerciais do Mediterrâneo Oriental, ao norte, desde as regiões gregas como a Macedônia e os Bálcãs até as Ilhas de Creta e Chipre, que tiveram papel fundamental na construção dos alfabetos mediterrânicos. Já ao sul, a influência da escrita egípcia chegou até o Sudão e a Etiópia, e influenciou a criação do alfabeto etíope.

Com a influência egípcia, desenvolveram-se silabários e alfabetos consonantais por toda a Ásia Ocidental. Fischer (2009) destaca o papel dos povos semitas para o processo de “destilação” da escrita alfabética consonantal egípcia para uma versão mais eficiente e com menos imprecisões. As primeiras escritas alfabéticas semíticas encontradas na Península do Sinai (porção asiática do atual Egito), datam por volta de 1800-1600 AEC e são formadas principalmente por “letras combinadas a logogramas egípcios com valores acrofônicos semitas do objeto representado” (FISCHER, 2009, p. 78). A partir das rotas comerciais que passavam pelos territórios semitas, como a costa da atual Palestina e do Líbano, portos que conectavam quase todo o mundo antigo no período, a escrita consonantal semítica se espalhou e influenciou vários povos da região, semitas ou não.

Entre os povos semitas, os fenícios foram particularmente importantes, pois é a partir do seu alfabeto consonantal que se forma a escrita grega, povo que chegou a nomear seu próprio alfabeto de “phoinikia grámmata” ou “letras fenícias” (FISCHER, 2009, p. 83). Além

³ Entre os anos de 664 AEC e 525 AEC.

da escrita fenícia, os povos semitas também foram responsáveis pelo desenvolvimento da escrita aramaica, origem dos alfabetos hebraico e árabe; o aramaico foi a língua-franca em todo o Oriente Médio entre os séculos VIII AEC e VII AEC, e foi também a língua oficial do Império Persa (FISCHER, 2009, p. 85).

Seguindo o pensamento do autor, talvez uma das maiores inovações dos “protoalfabetos” semitas – tanto do fenício quanto do aramaico – seja a incrível redução de símbolos necessários à escrita da língua. Fischer (2009) afirma que “um estudante do ofício [escriba egípcio] tinha de aprender cerca de setecentos sinais ao longo de vários anos de intenso esforço (isso não é muito diferente da educação chinesa e japonesa de nossos dias)” (2009, p. 44). A escrita cuneiforme possuiu “um inventário solto de cerca de 1.800 pictogramas e símbolos [sic] por muitos séculos” (2009, p. 46). Tais formas de escrita, baseadas em pictogramas ou logogramas, exigiam anos de estudo e dedicação exclusiva à prática da escrita de forma desejável, o que tornava a prática da escrita uma profissão nela mesma. Diferentemente de uma escrita de base fonética com número de cerca de 20 a 30 caracteres, o alfabeto (ou protoalfabeto) consonantal hierático egípcio, por exemplo, utilizava cerca de 26 símbolos (2006, p. 26) para a reprodução da mesma língua que necessitava de 700 símbolos pictográficos na forma clássica cerimonial.

Os gregos minoicos haviam adquirido a escrita silábica dos mercadores fenícios de Biblos (costa no Líbano), por volta de 2000 AEC. Cerca de mil anos depois, os gregos cipriotas, por meio do intenso contato marítimo e mercantil, passaram a utilizar o alfabeto consonantal fenício. Para Fischer (2009, p. 111), o advento da representação das vogais, como utilizamos atualmente, inicia-se a partir da tentativa dos escribas gregos, que utilizavam silabário cipriota, de adaptar as letras fenícias para sua língua, cuja estrutura fonêmica exigia mais atenção

às vogais, algo que, para a língua semita fenícia, tinha menos impacto na interpretação. A partir da Grécia, portanto, o alfabeto “completo” chega à Península Itálica, onde é adotado pelos etruscos e depois pelos romanos, que, a partir dele, desenvolvem o alfabeto latino.

As bases latinas para as culturas da Europa Ocidental, em especial as românicas, obscurecem quase que por completo as raízes afro-asiáticas do sistema de escrita utilizado na Europa, e conseqüentemente na maior parte do mundo. Buescu (1983) corrobora a noção de que, para os europeus medievais, o alfabeto teria sido criado já em Roma. Essa concepção começa a ser deixada de lado a partir da egiptomania e dos estudos linguísticos do século XIX, desencadeados pela descoberta da Pedra de Rosetta, quando a ciência passa a escavar as raízes mais profundas das letras ocidentais modernas. Considerar a origem mais antiga e não europeia do sistema linguístico ocidental ajuda não só a entendê-lo melhor, mas a concebê-lo de forma mais diversa.

O alfabeto latino

Com base nos dados do *WorldAtlas*,⁴ o alfabeto latino é o sistema de escrita mais utilizado no mundo, com cerca de 4,9 bilhões de falantes, o que representa aproximadamente 70% da população mundial, utilizando-o cotidianamente. Como se pode imaginar, seu êxito acontece devido a uma série de questões, dentre elas as históricas, como a expansão europeia durante os séculos de colonialismo em outros continentes, ou questões ligadas à sua natureza fonético-fonológica, que garante a adaptabilidade necessária para ser utilizada na escrita das mais variadas línguas naturais, acrescentando ou reduzindo letras, acentos, dígrafos, cedilhas, entre outros diacríticos, mudando a relação grafema-fonema para cada língua.

⁴ Disponível em: www.worldatlas.com/articles/the-world-s-most-popular-writing-scripts.html. Acesso em: 26 out. 2020.

O alfabeto latino foi muito diverso ao longo da história, adaptado não só pelas diferentes culturas que o adotaram ao longo da história moderna, mas também pelos povos que o utilizaram antes e depois do período romano. Como já citado na seção anterior, as raízes da escrita latina podem ser traçadas até os hieróglifos egípcios, que fundamentaram e influenciaram as escritas semíticas da antiguidade, fenícias e, principalmente, gregas e etruscas, culturas que deixaram suas marcas no sistema adotado pelos romanos, da mesma forma que, posteriormente, muitas das diversas culturas alcançadas pelo império também deixarão suas marcas.

Os etruscos foram um povo de grande pujança cultural, habitando a região da atual Toscana nos séculos anteriores à expansão romana:

os etruscos trouxeram a civilização, isto é, a cultura das cidades, inclusive a escrita, aos povos da Itália e grande parte da Europa, atuando como os principais intermediários entre os gregos e os não-gregos [...] Seu domínio político e sua colonização direta estenderam-se a grande parte da península italiana; suas atividades comerciais e influência cultural atingiram lugares muito distantes. (BONFANTE, 1996, p. 396).

Os latinos, habitantes da atual província do Lácio (ao sul da Toscana), foram um dos povos que tiveram acesso aos conhecimentos gregos e do Mediterrâneo Oriental por intermédio dos etruscos; estes, habitantes da atual toscana, adotaram o alfabeto grego numa forma arcaica, que seria abandonada pelos gregos séculos depois, mas que seria mantida e desenvolvida pelos povos itálicos, em especial os latinos (FISCHER, 2009, p. 124). Dessa forma, os romanos adotaram um alfabeto que já havia sido adaptado para outra língua. Buescu afirma que o alfabeto latino deste primeiro período:

oferecia apenas cinco vogais (das oito gregas) – sem distinguir longas de breves. As dezessete letras alfabéticas que formavam a mítica grafia evandrina⁵ não eram suficientes para corresponder à estrutura

⁵ A autora faz referência à “lenda da introdução das letras em solo itálico” que, segundo ela, autora, seria uma lenda famosa durante a Idade Média e propa-

fonológica do latim. Por outro lado, se faltavam letras, outras eram “ociosas” (BUESCU, 1983, p. 39).

Além dos usos vocálicos mencionadas por Buescu (1983) na citação acima, Fischer (2009, p.127) afirma que os romanos adotaram formas etruscas, como: ‘c’, ‘k’ e ‘q’ para o fonema /k/, mesmo que posteriormente apenas usassem ‘q’ como ‘qv’ para o som /kw/, o ‘k’ apenas para “palavras arcaicas especiais” e, raramente utilizado, o ‘z’, embora o latim não possuísse o som africado /dz/ que corresponderia a este grafema na escrita etrusca. Também utilizavam o ‘x’ para [ks], assim como os gregos. Além disso, o ‘l’ e ‘v’ para as duas semivogais [j] e [w]. Todas essas formas, que faziam sentido para a escrita etrusca, tiveram de ser adaptadas para o latim.

Um exemplo que ilustra o longo processo de adaptação das letras à escrita do latim é o de Spuricus Carvilius Ruga, do século III AEC, que observou a necessidade de uma representação para [g], já que a escrita de tal fonema não se diferenciava do vozeamento, utilizando-se ‘c’ tanto para [k] quanto para [g] – “então ele pegou o C etrusco e colocou-lhe um gancho – G – para complementar o alfabeto com esse som” (FISCHER, 2009, p. 128). A percepção da necessidade de aprimoramento do sistema de escrita, nesse caso para o som [k], que o ‘c’ normalmente representava para os romanos, e o som [g] que, para eles, não possuía representação, herança etrusca, demonstra uma percepção linguística dos gramáticos romanos “que, nessa época, era compartilhada apenas pelos gramáticos do sânscrito na Índia”, como afirma Fischer (2009, p.128).

Quanto à forma das letras, os romanos desenvolveram dois principais tipos de letras, as capitulares, para escrita formal e de cunho cerimonial, muito próximas das formas capitulares da tipografia “Times

lada pelos gramáticos do Renascimento como Antônio de Nebrija, Fernão de Oliveira e João de Barros; conforme a lenda, o alfabeto latino teria sido criado em conjunto por Evandro, rei dos latinos, e sua mãe, Nicóstrata.

New Roman”; e as letras “cursivas”, que, apesar de o nome ser utilizado para o que é conhecido como “letra emendada” nas escolas, quase nunca apresentavam ligaturas e consistiam em letras mais simples para o uso cotidiano, na maioria dos casos, reproduzidas com a menor quantidade de traços possível.

Fischer (2009, p. 132) menciona um fato curioso que ilustra quão longínqua foi a dispersão do conhecimento letrado romano neste período: cerca de duas mil cartas encontradas em 1973, numa antiga base militar romana ao norte da Inglaterra. Esse volume de cartas numa base tão remota do império – somado a outras descobertas arqueológicas similares⁶ – demonstra que a escrita não só era difundida por todo o império como também “transmitia o conhecimento essencial. Em outras palavras, a escrita manteve o império funcionando” (FISCHER, 2009, p. 132).

A herança de um Império tão rico em infraestrutura e conectado internamente por uma língua escrita relativamente uniforme numa região tão diversa e extensa, mesmo depois de seu fim, por volta do século IV EC, foi uma escrita já gramaticalizada e de uma rica tradição literária. Os diversos reinos e povoações, principalmente na Europa Ocidental Latina, manterão a escrita latina junto da tradição religiosa por séculos, o que não só eleva a língua e a escrita a um *status* superior como, devido às necessidades das populações, atrasa a escrita das línguas vernaculares.

A escrita latina, portanto, foi desenvolvida de suas predecessoras não só pelas pessoas de cultura romana da Península Itálica, mas pelo aparato imperial romano que alcançou, historicamente, diversas populações e culturas na África, Ásia e Europa. Dessa forma, por mais que não tenha conseguido suplantá-lo o alfabeto grego nas porções

⁶ Das quais o mesmo autor cita Carlisle na Bretanha (noroeste da França) e Ribchester e Caerçepm no País de Gales (Reino Unido).

orientais do império, ele se enraizou na porção ocidental de tal forma que será o meio escrito natural a ser utilizado pelas culturas e estados nacionais ascendentes da região. No próximo tópico, focalizando os alfabetos portugueses, a discussão ilustra o impacto desse processo histórico que chega à escrita latina.

Os alfabetos portugueses

A história da escrita na Península Ibérica tem seus principais vestígios datados do primeiro milênio antes da era comum, período no qual colônias cartaginesas (descendentes dos fenícios), gregas (jônicas) e romanas se instalam ao longo do litoral mediterrânico e suas influências culturais se aprofundam e interiorizam no território e em seus habitantes. Entretanto, há indícios de que a escrita grega ou fenícia tenha sido adotada pelos povos ibéricos antes de uma colonização estrangeira mais profunda; o que leva a vestígios de uma escrita muito particular da região.

Fischer (2009, p. 133) destaca algumas características que diferenciariam essa escrita ibérica das escritas grega ou semita:

Primeiro, o sistema de escrita ibérico combina alfabeto e sinais silábicos – isto é, todas as vogais e consoantes fricativas (/r/, /m/, /n/ etc.) têm uma letra, mas cada parada na língua ibérica, como /k/, é escrita junto da vogal seguinte como um silabograma separado (sinal *ka*). Em segundo lugar, os silabogramas, não as letras, apresentam variação cronológica e geográfica. [...] (FISCHER, 2009, p. 133).

Além disso, as inscrições ibéricas do noroeste da península seguiram a orientação esquerda-direita, enquanto as da região meridional seguiriam a lógica semítica de escrever da direita para a esquerda (FISCHER, 2009, p. 144). Tais adaptações sugerem que havia tanto uma dificuldade desses povos ibéricos em representar sua língua em sistemas e grafemas estrangeiros, quanto a noção de adaptá-los às suas necessidades linguísticas. São vestígios, de certa forma,

de que o esforço que os portugueses, castelhanos, catalães, bascos etc. tiveram em adaptar as letras estrangeiras às suas particularidades linguísticas já havia ocorrido milênios antes, no mesmo território, mas com diferentes potências culturais.

O primeiro milênio da era comum também significou o gradual abandono destes sistemas em favor dos utilizados pelas colônias mercantes gregas, cartaginesas e romanas, e, desde a conquista romana, no século I AEC, a escrita latina predominou na Península Ibérica. A supremacia latina não excluiu outras “utilizações experimentais da escrita em Língua Portuguesa”, como denomina Buescu (1983, p. 46); a autora afirma que há mais documentos semelhantes, mas cita como exemplo o “Tratado das Cores”, publicado por Blondheim em 1262. Estudos apontam que se trata de uma obra do século XVI, escrita em português, mas inteiramente no alfabeto hebraico. Segundo a autora, por tratar de “segredos técnicos” que deveriam ser revelados apenas àqueles que tivessem sido iniciados na arte da cor e iluminura medievais, a escrita hebraica funcionaria de forma a selecionar os leitores, revelando os segredos apenas aos alfabetizados naquele sistema. A quantidade de textos do tipo à época é incerta, levando-se em conta a perseguição às comunidades judaicas da Europa, especialmente a destruição de livros hebraicos ordenada por D. Manuel em 1496 (BUESCU, 1983, p. 46). Contudo, os exemplares remanescentes apontam para as possibilidades do período: poderiam ser escritos em português e nos mais variados sistemas de escrita, como o alfabeto hebraico, o grego ou o árabe, por exemplo.

A percepção de que o alfabeto latino seria o mais adequado para a escrita da Língua Portuguesa parece natural, afinal, o português origina-se do latim e as comunidades falantes do português arcaico, por questões religiosas e políticas, escreviam em latim antes de

escreverem em português. Tal “naturalidade”, que Buescu chega a afirmar “nunca ter sido questionada”, não diminuiu em nada o esforço dos primeiros escritores de português em fixar “um alfabeto proveniente da translação duma língua para outra”, processo que Buescu (1983, p. 71) chega a denominar “expansão ou criação dum alfabeto”.

A divisão da história da Língua Portuguesa varia de acordo com os critérios utilizados para periodicizá-la. Mattos e Silva (2006) enumera, pelo menos, seis formas de periodização diferentes, cada uma criada sob critérios tanto linguísticos quanto extralinguísticos, isto é, baseados na história externa da língua. Dentre as periodizações apresentadas, a autora adota a de Leite de Vasconcelos, que divide a história da Língua Portuguesa em quatro faixas de tempo (*apud* MATTOS E SILVA, 2006, p. 25).

O pré-histórico consiste em todo o período anterior ao século IX EC. Durante esse período, os documentos escritos não possuíam traços característicos da língua do noroeste ibérico. O proto-histórico se inicia a partir do século IX EC, quando a língua encontrada em registros ainda é identificada como latim, mas possui traços que indicam a divergência em relação às escritas do mundo latino – para Mattos e Silva (2006, p. 22),

quando já esses traços podem ser detectados por especialistas em documentos escritos no tradicionalmente chamado *latim bárbaro*, isto é, latim notarial ou latim tabeliônico, veiculado na área românica antes das línguas românicas se tornarem línguas oficiais.

A partir do século XIII são encontrados documentos como o Testamento de Afonso II, de 1214, considerado o primeiro texto em Língua Portuguesa; a “Notícia do Torto”, escrita entre 1214 e 1216 (COSTA, 1979 *apud* MATTOS E SILVA, 2006, p. 22); e cancioneiros trovadorescos, como a Cantiga da Ribeirinha e a Cantiga da Garvaia; textos que dão início ao português arcaico.

É só a partir da publicação das gramáticas de Fernão de Oliveira, em 1536, e de João de Barros, em 1540, que se considera o início do português moderno, quando as obras escritas se tornam cada vez mais numerosas e padronizadas como conhecemos. Ainda assim, cabe mencionar que tal feito não é apenas mérito dos dois autores pioneiros. A proposta de Fernão de Oliveira, por exemplo, foi “efêmera” e talvez nem utilizada, enquanto a de João de Barros, apesar de ter tido um impacto considerável, também se pode considerar “efêmera”, quando levamos em conta todo o histórico da forma escrita da Língua Portuguesa. Buescu (1983, p. 41) descreve como, antes da criação de uma “gramática”, que tem como objetivo prescrever as formas da língua, essa mesma língua criava suas formas a partir de

homens obscuros e sem nome que vão elaborar uma doutrina empírica – “laboratorialmente” ensaiada no interior da *scriptoria* – transmitida por ensino directo [sic], semelhante a uma tradição oral, aceite por consenso. A oralidade do ensino documenta-se através dos vestígios de controvérsias técnicas, nomeadamente no âmbito das universidades medievais e mesmo depois das reformas do séc. XVI. A gramática, com efeito, se assenta numa longa tradição de transmissão oral.

Contribuíram, com efeito, para a padronização e criação de uma forma mais ou menos uniforme, pois é a partir das tradições caligráficas e da escrita das famosas iluminuras medievais que se criaram as tradições tipográficas do Renascimento, com a invenção da imprensa ocidental por Gutenberg. Contrainstintivamente, a imprensa é até mais relevante para o processo de criação da feição moderna da língua, por conta de sua popularização que chega em Portugal, nas palavras de Buescu (1983).

Segundo Mattos e Silva (2002, p. 32), cerca de cinquenta anos depois de sua criação, Gutenberg tornou a escrita mais comum e uniforme no território português. Mattos e Silva (2001) afirma que a imprensa transformou a relação entre a língua escrita e os utentes de

sua forma oral. O que antes era tido como uma arte nas mãos dos monges copistas, reclusos na *scriptoria*, passou a ser gerido pelos tipógrafos, trabalhadores das oficinas de impressão e do mercado dos “tipos tipográficos”. Buescu (1983, p. 43) afirma que foi a “focalização do pensamento sobre os mecanismos da linguagem que levava à ‘invenção’ dum alfabeto” — um alfabeto que pela primeira vez no Ocidente seria “mecanizado”. A autora também ressalta a importância não só da imprensa hebraica, anterior e provavelmente mais bem desenvolvida do que a portuguesa, mas também da “fervorosa actividade [sic] dos *scriptoria* e dos ‘estúdios’ de iluminura hebraicos” (BUESCU, 1983, p. 74), para a criação do que se poderia chamar de “tradição escrita” que haveria de ser preenchida pela cultura portuguesa em ascensão.

A “transição da escrita manuscrita para a escrita tipográfica”, como denomina Buescu, transformou a forma da língua e a relação de seus utentes com ela. A mecanização iniciou o famoso processo de popularização, com a elevação progressiva dos textos impressos, os possíveis aumentos nas taxas de alfabetização, como menciona Ramada Curto (1993, v.3, p. 359 *apud* MATTOS E SILVA, 2002, p. 34), a respeito do crescimento constante no número de “juizes de Coimbra que sabiam assinar o nome de 1533 a 1567”. Vale ressaltar que o processo de aumento da cultura letrada em Portugal no século XVI foi acompanhado pelo uso e conseqüente valorização da língua vernacular, que aos poucos tomava o lugar do latim como língua de cultura escrita. Tais processos levaram à criação das primeiras gramáticas da Língua Portuguesa, que pretendiam normalizar a língua à semelhança do que já se conhecia da Língua Latina.

A segunda metade do século XVI, para Portugal, foi um momento de consagração de um império que já via suas campanhas se expandirem de pequenas viagens ao noroeste africano até o cruzamento do Cabo da Boa Esperança, às Índias, à China e ao Brasil.

Os primeiros séculos de expansão marítima portuguesa tornaram Lisboa (e conseqüentemente Portugal), uma cidade cosmopolita, com viajantes e mercadorias de todas as partes do globo. Foi provavelmente essa noção de cosmopolitismo que agudizou o processo de criação de uma nacionalidade portuguesa em parâmetros modernos, e levaram mentes como Fernão de Oliveira e João de Barros a pensar numa norma que colocasse a língua vernacular do império, se não em pé de igualdade, mais próxima da valorização ou “elevação” da Língua Latina. Enfim, o próximo tópico explicita a proposta daquele com vistas à transformação da tecnologia da escrita ao contexto da Língua Portuguesa.

A proposta ortográfica de Fernão de Oliveira (1536)

Para Fernão de Oliveira, a letra é a “figura da voz”, e divide-se em vogais e consoantes. Ainda para o gramático, a Língua Portuguesa possuiria oito vogais, mesmo com apenas cinco figuras para representá-las,

porque não queremos saber mais de nós [portugueses] que quanto nos ensinaram os latinos, aos quais diz Plínio⁷ que é pouco saber escoldrinhar [sic] as coisas alheias não nos entendendo a nós mesmos. Tem tanto poder o costume e também a natureza que ainda que nos pese, nos faz conhecer esta diversidade de vozes e faz que muitos em lugar destas vogais grandes escrevam duas, como quer que a voz não seja mais que uma. (OLIVEIRA, 1536 *apud* BUESCU, 1975, p. 48).

Dessa forma, o pensador evidencia para seu leitor que entende o alfabeto latino como uma criação alheia ao seu coletivo de “português”. Uma tecnologia criada para a Língua Latina e ensinada aos portugueses, “coisa alheia”, que não conseguiria reproduzir a diversidade da Língua Portuguesa com perfeição. Especialmente em relação à diversidade de vogais, Oliveira prescreve uma solução proveniente do que Buescu

⁷ Segundo Buescu (1975), autora da transcrição da obra original, Oliveira referencia a obra “Naturalis História”, do pensador romano Plínio, o Velho.

(1983, p. 75) chama de “consciência fonológica”: a partir de uma diferença fonológica nas vogais, o autor prescreve que “nas vogais grandes dobremos as letras, mas de tal feição que o dobrar delas se faz em um mesmo lugar, e figura o ‘α’ nesta forma ‘α’ e ‘e’ nesta ‘ε’ e ‘o’ também nesta outra ‘ω’ e os pequenos nas formas já acostumadas” (OLIVEIRA, 1536 *apud* BUESCU, 1975, p. 49). O autor, portanto, cria uma divisão gráfica para a representação das vogais médias abertas e fechadas, adotando os caracteres gregos para tal, processo que parece comum para os gramáticos da época, denominado “próteses vocálicas”.

A problemática das vogais para os gramáticos portugueses do Renascimento gira em torno de três letras que, segundo a nomenclatura da época, poderiam ser divididas em grandes (de timbre aberto) e pequenas (de timbre fechado), ‘a’, ‘e’, e ‘o’. Buescu (1983, p. 100) explica um pouco dos usos das “próteses vocálicas”, que consistiriam na adoção de vogais de outros alfabetos, normalmente do grego, em questão (‘α’, ‘ε’, ‘ω’), para suprir a falta das figuras vocálicas latinas. A autora afirma que tal uso foi comum principalmente entre gramáticos italianos, devido ao crescimento e florescimento dos estudos helenísticos do *Quattrocento*,⁸ e, em menor grau, franceses. Buescu considera que o problema da quantidade de vogais em comparação com o latim era ainda mais desconcertante para os portugueses quando comparado aos italianos e franceses, já que “o sistema português oferecia uma gama vocálica dificilmente comparável a qualquer das línguas românicas em confronto – castelhano,⁹ francês e italiano”. (BUESCU, 1983 p. 92).

O alfabeto proposto por Fernão de Oliveira é o seguinte:

⁸ Denominação dada ao período do Renascimento Italiano, nomeadamente 1400-1499, tal denominação foi utilizada por Buescu (1983, p. 100) e por isso optou-se por mantê-la.

⁹ Utilizado pela autora como exemplo de língua que não passou por esse problema, devido à sua natureza vocálica próxima à latina.

α, a, b, c, ç, d, e, ε, f, g, h, i, j, l, m, n, o, ω, p, q, r, rr, s, ss, t,
v, x, z, y, ch, lh, nh,

Oliveira, entre outros gramáticos de seu período, como Magalhães de Gândavo, mencionado por Buescu (1983, p. 92), foi o pioneiro no que pode ser denominado “próteses alfabéticas”, isto é, a inclusão de caracteres provenientes do alfabeto grego para suportar a diversidade que a Língua Portuguesa demonstrava, mas o alfabeto latino não dava suporte para a representação. Dentre os maiores exemplos desta adoção, estão os caracteres ‘α’, ‘ε’ e ‘ω’, acima citados, ainda que, segundo a mesma autora, tais caracteres não apareçam nas obras manuscritas por Oliveira e, possivelmente, tenham sido escolhidos pelo tipógrafo no processo de impressão da obra. Além dessas três vogais, o autor também menciona os caracteres, segundo a transcrição de Buescu (1975), ‘k’ e ‘y’, rejeitando-os “liminarmente, como factores [sic] caóticos de perturbação embora, contraditoriamente, na sequência alfabética, inclua ‘y’ como última letra” (BUESCU, 1983, p. 92).

A respeito das consoantes, Oliveira as diferencia em mudas, “cujo nome é bem claro” (OLIVEIRA, 1536 *apud* BUESCU, 1975, p. 50) e semivogais (ou “quase vogais”), das quais elenca: ‘l’, ‘r’, ‘s’ e ‘z’. Oliveira ainda explica que, apesar de muitos incluírem o ‘m’ nessa lista, nem ‘m’ nem ‘n’ são semivogais, mas sim representam na escrita uma nasalização a exemplo do diacrítico til (~), cujo uso é o mais recomendado (p. 50). Entre as consoantes mudas, que “em si não têm voz alguma nem ofício ou lugar que lha dê” (OLIVEIRA, 1536 *apud* BUESCU, 1975, p. 50), o autor enumera: ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘g’, ‘f’, ‘g’, ‘m’, ‘n’, ‘p’, ‘t’ e ‘x’ – além disso, o autor deixa claro que não se deve incluir a letra ‘k’ no alfabeto português, nem ‘ph’, nem ‘ps’. Curiosamente, Oliveira ainda inclui mais nove grafemas, dentre os quais cinco dígrafos, segundo o autor, representantes de “vogais perfeitas”, termo que fica pouco claro em sua obra, mas que provavelmente se refere

a sons, não necessariamente vogais, cuja presença é significativa para mudança de sentido, algo próximo do que se entenderia como “fonemas” atualmente: ‘ç’, ‘j’, ‘rr’, ‘ss’, ‘v’, ‘y’, ‘ch’, ‘lh’ e ‘nh’. Assim, fecha-se o alfabeto português segundo Fernão de Oliveira com trinta e três grafemas excluindo dois que possuíam força “demasiado diminuída” para serem consideradas perfeitas, ‘h’ e o til (~), mas cujo uso é “necessário” (OLIVEIRA, 1536 *apud* BUESCU, 1975, p. 51). Buescu destaca:

uma importância notável para a elucidação do pensamento de Fernão de Oliveira e também – talvez menos explicitado – o de João de Barros: o conceito de *diacrítico* e de *letra em repouso*, conceitos que estão na base da expansão ou ampliação recebido e aceite como herança não repudiada. (BUESCU, 1983, p. 93-94).

A autora afirma que as oscilações nos projetos alfabéticos do primeiro século de normatização da língua se dão por conta de uma pressão dialética entre a adoção irreversível do alfabeto latino e o “reconhecimento da não correspondência desse alfabeto com as exigências do sistema fonológico da língua”. Os autores do período percebiam esse problema e buscavam uma solução que equilibrasse, ou não, as duas vias: uma “descritiva”, sincrônica e fonológica, e outra “histórica”, diacrônica e etimológica.

A proposta ortográfica de João de Barros (1540)

Teyssier (*apud* BUESCU, 1983, p. 75) afirma que, diferentemente da proposta normativa de Fernão de Oliveira, a proposta de João de Barros foi o contrário de uma sugestão passageira, tendo sido aplicada em centenas de páginas, utilizadas entre 1539 e 1563. João de Barros foi responsável não só pela criação de uma das primeiras gramáticas da Língua Portuguesa, mas também por um compilado de orientações visando à escrita, chamado de “cartinhas”, pequenos documentos de alfabetização/evangelização que eram impressos em massa e enviados

às mais diversas colônias portuguesas do período. Os exemplares criados por João de Barros normalmente contavam com versões nas línguas coloniais, como o tAMIL, da Índia, e as primeiras aparições de alfabetos ilustrados (com uma árvore para ‘a’, uma viola para ‘v’ etc.).

Apesar de Fernão de Oliveira e João de Barros serem contemporâneos, suas concepções variam. Buescu considera Oliveira como sendo um autor de características mais “ensaísticas” (1975, p. 43) e até “audazes” (1983, p. 43), enquanto Barros “reúne a audácia do seu predecessor [Oliveira] à serenidade especulativa”. Um exemplo claro de tais elogios é a definição da letra. Fernão de Oliveira, como dito acima, a define como “figura da voz” (OLIVEIRA, 1536 *apud* BUESCU, 1975, p. 48), enquanto João de Barros (1540 *apud* MACHADO 1957, p. 2) define a letra como a “mais pequena parte de qualquer dicção que se pode escrever, a que os Latinos chamaram *nota* e os Gregos *cara[c]ter*¹⁰” – assim, além de expor as grandes autoridades no assunto, o autor faz menção aos dois povos, línguas, ou ainda, tradições gramaticais, que serão seu principal modelo.

Barros descreve pelo menos quatro alfabetos que não são exatamente “coincidentes”, como adjectiva Buescu (1983, p. 82). O autor descreve a origem do alfabeto na já referida lenda de Niscóstrata, mãe do rei latino Evandro, que supostamente inventou os dezessete grafemas latinos originais ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’, ‘f’, ‘g’, ‘h’, ‘i’, ‘l’, ‘m’, ‘n’, ‘o’, ‘p’, ‘r’, ‘s’, ‘t’ e ‘u’, aos quais seriam adicionadas ao longo do tempo seis letras de origem grega ‘h’, ‘k’, ‘q’, ‘x’, ‘y’, ‘z’, as formas dígrafas ‘ch’, ‘lh’, ‘nh’, o cê-cedilha (‘ç’) e a “figura a que chamamos de til” (~). As letras acrescidas ao alfabeto latino, segundo o autor, serviriam para cobrir os “acidentes da língua”, que ele tratará no capítulo destinado à ortografia.

¹⁰ Destaques e adições do organizador, José Pedro Machado (1957).

Portanto, além das letras propriamente latinas, Barros menciona o cê-cedilha “que parece ser inventado pela pronúncia [sic] Hebraica ou Mourisca” (p. 3) e “mais estas três prolações [sic] ch, lh, nh, as quais são próprias da nossa língua, e usamos em suprimento de três lêteras [sic] de que não temos figura” (p. 3). Dessa forma, João de Barros conclui que “podemos dizer temos vinte e três lêteras em poder e trinta e quatro em figura” (BARROS, 1540 *apud* MACHADO 1957, p. 3), termos que serão esclarecidos logo adiante.

Segundo Buescu (1983, p. 79), o primeiro abecedário da Língua Portuguesa, apresentado por Barros, consistia num alfabeto “concorrente com outro alfabeto ‘latino’ em que não figura o *k*”. Logo a seguir, a autora menciona que as vinte e duas letras “coincide[m] com os alfabetos caligráficos que existem nos pequenos e numerosos tratados para o ensino da escrita que circulam pela Europa, desde a Itália à Inglaterra”, o que indica não só uma percepção prática e técnica das letras a serem ensinadas, mas também a noção clara de uma Língua Portuguesa que era inserida num cenário mais amplo que ela mesma, o que faz com que sua forma fosse pautada por esse exterior, que influencia ideológica e materialmente todo tempo.

a, b, c, d, e, f, g, h, i, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, x, z

A respeito do segundo alfabeto, chamado, pela autora de “b”, Buescu (1983, p. 80) ressalta o fato de Barros apresentá-lo como “outro abc que temos” e, para ela, esta expressão “que temos” indicaria que este seria, de fato, o alfabeto da Língua Portuguesa, que possui os sinais necessários à sua escrita, ainda que a autora mencione letras ociosas como ‘*k*’ e ‘*y*’, que poderiam classificar tal alfabeto como “híbrido”:

á, a, b, ç, c, d, e, e, f, g, h, y, j, i, k, l, m, n, ó, o, p, q, r, r, \bar{c} ¹¹,
f, s, t, v, u, v, z

A diferença entre ambos é a adição, como a autora (1983, p. 81) descreve, de nove letras: ‘á’, ‘ç’, ‘e’, ‘j’, ‘y’, ‘ó’, ‘ \bar{c} ’, ‘f’, e ‘v’. Três das vogais que o autor considerava como “portuguesas” e que o alfabeto latino não era capaz de representar, bem como as demais consoantes, de mesma natureza, são adicionadas à sua representação final do alfabeto português. Além disso, logo após definir *letra*, o gramático quinhentista as apresenta de forma curiosa, explicando que cada letra possui três “cousas” [sic]: um *nome*, como A ou Bê, uma *figura*, como a forma de A ou de b, e um “*poder*”, a respeito do qual João de Barros não é tão claro, afirmando apenas que “quando achamos esta lêtera [sic] A, já sabemos que tem sua valia, e, por semelhante modo, podemos julgar das outras” (BARROS, 1540 *apud* MACHADO, 1957, p. 2). As três “cousas” que as letras possuem são curiosas, pois é a partir delas que o autor apresenta o seu terceiro alfabeto, na classificação de Buescu (1983), “alfabeto C”. Barros afirma que “podemos dizer temos vinte e três lêteras [sic] em *poder* e trinta e quatro em *figura*” (BARROS, 1540 *apud* MACHADO, 1957, p. 3), que consistem na seguinte sequência, apresentada pelo autor:

á, a, b, ç, c, d, e, e, f, g, h, l, i, y, l, m, n, ó, o, p, q, R, r, ç, s,
t, V, u, v, z, *ch*, *lh*, *nh*

O abecedário acima é ilustrativo, não só de sua capacidade como pensador da língua, como também daquilo que BUESCU (1983, p. 75) chama de “consciência fonológica” do seu tempo, pois provavelmente o que o autor tentou definir como “*poder*” eram os fonemas da Língua

¹¹ O seguinte carácter (*Unicode A786 script Latin Extended-D*) foi escolhido pela sua semelhança gráfica ao original reproduzido por Buescu na obra de 1983 (p. 81). No entanto, não é possível saber se ambos os caracteres são reproduções levemente divergentes, devido ao projeto gráfico tanto da obra original (fac-símiles do século XVI aos quais a autora faz referência), quanto da obra de referência, de 1983, serem não só divergentes, como impossíveis de se localizar nas tabelas do *Standart Unicode*.

Portuguesa que tentava representar, enquanto as “letras em figura” são as suas possíveis representações (grafemas) deste som no alfabeto português/latino. O produto dessa dicotomia foi o alfabeto acima representado, que contém trinta e três figuras, contando dígrafos e o til (~), que, às vezes, é contado como uma figura “de letra” por si só, e, às vezes, não; inclusão que, segundo a mesma autora, também encontra respaldo na doutrina de Fernão de Oliveira, mas que “logo a seguir é abandonada por Barros ao reduzir o número para trinta e três” (BUESCU, 1983, p. 83).

Como a própria autora definiu, a proposta de João de Barros para a língua é “paradoxal”, pois o autor apresenta três ou quatro diferentes formas escritas, ou alfabetos divergentes entre si, o alfabeto figurado, chamado “a”, o alfabeto chamado “b”, e o alfabeto chamado “c”, que o autor não utiliza, nem enquanto o apresenta, nem nas obras posteriores. De fato, essa oposição entre teoria e prática é o resultado do que a autora denomina “consciência fonológica mais crítica”, que existiu nos discursos gramatológicos iniciados por Fernão de Oliveira e João de Barros no século XVI, mas que acabou “obliterado” (BUESCU, 1983, p. 75) pelas “soluções impostas posterior e definitivamente”.

Considerações finais

As tensões entre variedades linguísticas são uma constante ao longo da história da língua, e, a partir dessas variedades em uso, são propostas e cristalizadas as normas linguísticas que, por diversas razões, podem ser inovadoras ou conservadoras, a depender do processo histórico. Em vista disso, as obras resultantes das profundas análises de Fernão de Oliveira e João de Barros encontram uma vida curta e um fim súbito. Buescu (1983, p. 290) culpabiliza a “pena disciplinada e submissa de Magalhães de Gândavo” e menciona as diversas crises morais, mentais, culturais e socioeconômicas que

levaram à nascente sociedade letrada lusófona a abandonar os projetos revolucionários do passado, como os mencionados por Fernão de Oliveira ou João de Barros, e “regressar à ordem consagrada”.

A feição da Língua Portuguesa é criada a partir de um longo processo histórico, desde a autoria das letras na Antiguidade até o pensamento dos grandes gramáticos do Renascimento. A língua e sua forma material, escrita, modelaram-se segundo as pressões históricas até se parecerem com o que conhecemos hoje. Que feições poderá ter a Língua Portuguesa no futuro que se avizinha? Pode ser um questionamento de um trabalho futuro, dado o contexto de globalização e inúmeras outras plataformas tecnológicas em que se assenta uma das maiores invenções tecnológicas da humanidade: a escrita.

Considerada, portanto, uma das tecnologias mais antigas da humanidade, a escrita, como forma e aperfeiçoamento, decorre de uma construção histórica conjunta de diversas sociedades, desde as mais antigas, como as egípcias, mesopotâmicas, semíticas, gregas e latinas. A escrita é uma tecnologia há muito inventada, ao mesmo tempo que constantemente reinventada, segundo os desígnios da língua, dos seus pensadores e do tempo na qual é desenvolvida.

A partir do que foi exposto neste trabalho, as conclusões evidenciam que a escrita em Língua Portuguesa foi construída histórica e politicamente como parte de um processo mais amplo, de um período de complexas mudanças, que vão desde as tecnológicas, como a imprensa, que chega a Portugal pouco tempo depois de sua invenção no Ocidente, até as sociais, como os avanços urbanísticos do Renascimento e as consequentes expansões militares, comerciais e evangelizadoras portuguesas, que criam uma nova demanda por materiais escritos, e até pedagógicos, a exemplo dos de alfabetização. Assim, pioneiramente a partir das mãos de Fernão de Oliveira e João de Barros, a antiga escrita medievalsca latina, presa aos desígnios

de uma gramática tida como perfeita para uma língua que já não era usada pela população, se produz um padrão de escrita em português, uma língua agora completa e comparável à língua mãe, a latina.

Referências

BARROS, João de. *Gramática da Língua Portuguesa*, organizada por José Pedro Machado, 3. ed. Lisboa, 1957.

BONFANTE, Larissa. O Etrusco. In: HOOKER, J. T. *Lendo o passado: do cuneiforme ao alfabeto: a história da escrita antiga*. Tradução de Sérgio Medeiros. São Paulo: EDUSP; Melhoramentos, 1996. p. 393-460.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *A gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira (1536)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

CURTO, Ramada. (1993). Língua e memória. In: MATTOSO, José. (Org.). *História de Portugal*. v. III. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 357-373

DAVIES, W. V. Os hieróglifos egípcios. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. In: HOOKER, J. T. *Lendo o passado: do cuneiforme ao alfabeto: a história da escrita antiga*. Tradução de Sérgio Medeiros. São Paulo: EDUSP; Melhoramentos, 1996. p. 393-460.

FISCHER, Steven Roger. *História da escrita*. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HOOKER, J. T. *Lendo o passado: do cuneiforme ao alfabeto*. A história da escrita antiga. São Paulo: EDUSP; Melhoramentos, 1996.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico*. In: MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS, 2002.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O Português Arcaico*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; LOPES, Célia Regina dos Santos; BASTOS, Mário Jorge da; OLIVEIRA, Thiago. *Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval*. Rio de Janeiro: Editora Vermelho Marinho, 2017.

MARCOTULIO, L.; LOPES, C.; BASTOS, M.; OLIVEIRA, T. *Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval*. São Paulo: Parábola, 2018.

WALKER, C. B. F. O Cuneiforme. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. *In*: HOOKER, J. T. Lendo o passado: do cuneiforme ao alfabeto: a história da escrita antiga. Tradução de Sérgio Medeiros. São Paulo: EDUSP; Melhoramentos, 1996. p. 393-460.

Recebido em: 21/07/2021
Aprovado em: 28/02/2022